

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 13, Número 1, Maio de 2024

Traduções

A surpreendente resiliência da democracia

Steven Levitsky e Lucan A. Way

Países do Golfo Pérsico e sharp power: de aliados a adversários

Christopher Davidson

O autocrata em formação: 10 anos do regime Sisi

Hesham Sallam

A resistência global aos direitos LGBTQI

Phillip Ayoub e Kristina Stoeckl

Artigos Inéditos

Crise climática e crise da democracia?

Um mapeamento dos desafios para as democracias em um mundo que aquece

Luiza Veronese Lacava, Marina Shhessarenko Fraife Barreto e

Mônica Sodré Pires

A integração da África nas finanças internacionais e suas consequências políticas

Nicolas Lippolis

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDA O FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



A resistência global aos direitos LGBTQI*

Phillip Ayoub e Kristina Stoeckl

Phillip Ayoub é professor de ciência política na University College London. É autor de *When States Come Out: Europe's Sexual Minorities and the Politics of Visibility* [*Quando os Estados saem do armário: minorias sexuais da Europa e a política de visibilidade*] (2016) e coeditor do *European Journal of Politics and Gender*. *Kristina Stoeckl* é professora de sociologia na Luiss Rome. É coautora (com Dmitry Uzlaner) de *The Moralists International: Russia in the Global Culture Wars* [*A internacional moralista: a Rússia nas guerras culturais globais*] (2022). Juntos, eles são os autores de *The Global Fight Against LGBTI Rights: How Transnational Conservative Networks Target Sexual and Gender Minorities* [*A luta global contra os direitos LGBTQI: como as redes conservadoras transnacionais visam as minorias sexuais e de gênero*] (no prelo).

Em 2021, o parlamento húngaro aprovou uma lei proibindo a distribuição de informações sobre orientação sexual e identidade de gênero a menores de idade. As chamadas “lei anti-propaganda gay” e “lei antipedofilia” da Hungria, que associavam propositalmente homossexualidade e pedofilia, são um exemplo de homofobia patrocinada pelo Estado. O projeto de lei foi inspirado na infame lei antigay da Rússia de 2013, que o parlamento do país tornou ainda mais rígida em 2022. Em 2023, Uganda aprovou a Lei Anti-Homossexualidade, que criminaliza as identidades e comportamentos das pessoas LGBTQI¹,

* Nota do editor brasileiro: A sigla mais atualizada é LGBTQIAPN+, mas decidimos manter LGBTQI pois foi a utilizada pelos autores ao escreverem o artigo.

impondo pena de prisão perpétua a condutas consensuais entre pessoas adultas do mesmo sexo e até a pena de morte, em casos excepcionais.

Hungria, Rússia e Uganda têm pontuações diferentes nos índices de democracia,² embora nenhum se qualifique como uma democracia liberal e cada país lide de maneira distinta com questões socioeconômicas e religioso-culturais. E ainda assim, todos os três governos aprovaram projetos de lei visando as pessoas LGBTQI. Por que governos iliberais em diferentes partes do mundo, e até mesmo alguns políticos de direita dentro de democracias consolidadas, estão fazendo da resistência aos direitos LGBTQI um pilar central de suas agendas políticas?

A reação contra os direitos LGBTQI é um fenômeno global, baseado em uma agenda comum de promoção de valores tradicionais sobre os direitos humanos individuais, e forma um vínculo entre forças iliberais e antidemocráticas em regimes autocráticos, governos autoritários competitivos e algumas democracias consolidadas. Parte do que torna a orientação sexual e a identidade de gênero alvos úteis é sua fluidez, com a qual governos e atores políticos antidemocráticos podem facilmente contrastar e apresentar como uma ameaça à solidez da tradição, à soberania da nação e às compreensões comuns de “natureza”. A resistência global aos direitos LGBTQI representa um sério desafio à democracia liberal porque mina o compromisso liberal com o igualitarismo dos direitos humanos, enfraquece as instituições internacionais e utiliza o pluralismo democrático como uma arma de polarização de discurso em guerras culturais persistentes.

Os direitos LGBTQI são direitos humanos

Após um século de luta, os direitos LGBTQI surgiram nos anos 2000 como uma marca registrada dos regimes liberais-democráticos consolidados. Se o sufrágio feminino marcou o início da inclusão liberal-democrática, é a inclusão dos direitos LGBTQI — anteriormente relegados a um punhado de democracias pequenas, seculares e indus-

trialmente avançadas — nos marcos legais internacionais de direitos humanos que simboliza a conquista do pluralismo igualitário contemporâneo. Evidentemente, o apoio das democracias liberais aos direitos LGBTQI não é nem antigo nem igual. Até recentemente, muitas democracias liberais negavam até mesmo as proteções mais básicas às pessoas LGBTQI. Os Estados Unidos, por exemplo, só anularam as leis antissodomia em 2003, legalizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2015 e estenderam as proteções trabalhistas a elas em 2020. E existem hoje dezenas de dispositivos legais para excluir pessoas trans em partes do país.³

A realização parcial desses direitos, incluindo os sobre parceria, paternidade, antidiscriminação, descriminalização e reconhecimento de gênero, foi lenta e exigiu o trabalho árduo de ativistas dedicados, que conseguiram romper padrões de exclusão, discriminação e estigmatização. Embora ainda limitadas, a magnitude dessas mudanças recentes tem sido notável dado o ponto de partida.⁴

Como muitos políticos e cidadãos no Ocidente veem a consolidação dos direitos LGBTQI⁵ em suas próprias sociedades como o resultado de um longo processo de aprendizado, eles podem ficar tentados a ver com leniência os Estados que continuam a discriminar as pessoas LGBTQI: “Eles ainda não estão prontos”, seria o raciocínio. Mas, se os políticos e os cidadãos no Ocidente veem os direitos LGBTQI como algo que só pode vir com o tempo e a experiência democrática, eles podem subestimar o risco representado por regimes autocráticos e políticos iliberais que estão alimentando o sentimento anti-LGBTQI e atacando os direitos LGBTQI na esperança de parar ou dificultar a democratização em seus países.⁶ A homofobia e a transfobia política também são ferramentas úteis para mobilizar eleitores em época de eleição.⁷ Ao tirar partido frequentemente de estereótipos e preconceitos homofóbicos existentes, os líderes iliberais apresentam os direitos LGBTQI como um lado perigoso e pouco atraente da democracia.

O poder persuasivo dos valores tradicionais

Os padrões de resistência aos direitos LGBTQI variam entre regimes iliberais, mas eles compartilham muitas declarações e estratégias. Enquanto regimes fechados como Irã e Arábia Saudita perseguem a homossexualidade com sanções extremas (incluindo a pena de morte), regimes autocráticos e autoritários competitivos podem recorrer a formas mais sutis, embora ainda violentas, de restringir a liberdade das pessoas LGBTQI — por exemplo, defendendo leis discriminatórias ou que criminalizam a homossexualidade ou proibindo informações sobre os direitos LGBTQI na esfera pública. Seja qual for o meio, a resistência aos direitos LGBTQI tornou-se um fenômeno global baseado em um conjunto de afirmações que mexem com a emoção e polarizam o debate público. Elas visam criar desconfiança e medo e convencer as pessoas de que a democracia liberal, com seu respeito pelos direitos humanos individuais, é uma opção política menos atraente do que o majoritarismo e o regime autoritário, com o argumento de que preservarão os valores fundamentais da maioria. De fato, afirmações de “senso comum” sobre religião, nação e crianças, mulheres e família compõem uma agenda transversal de valores tradicionais que une autocratas e políticos iliberais em todo o mundo.

Religião. O ensino religioso conservador sobre os papéis tradicionais de gênero é uma das principais razões para a discriminação contra as pessoas LGBTQI em muitas partes do mundo. Regimes autocráticos com religiões oficiais formalmente estabelecidas, como Irã ou Arábia Saudita, traduzem tais ensinamentos religiosos em leis que criminalizam e permitem a perseguição de pessoas gays. O governo russo aprovou uma legislação anti-LGBTQI em nome dos valores tradicionais representados pela Igreja Ortodoxa. Políticos iliberais e socialmente conservadores em democracias também usam argumentos religiosos para se opor aos direitos LGBTQI. O governo de direita da Polônia declarou “zonas livres de LGBT” em todo o país, entrando

em conflito com a União Europeia (UE), da qual é membro. Na Itália, partidos de direita se uniram ao Vaticano para impedir a adoção de uma lei que criminaliza o discurso de ódio contra pessoas LGBTQI. Líderes populistas de direita na Europa frequentemente afirmam que sua oposição à concessão de direitos iguais às pessoas LGBTQI é baseada na religião, mas eles não respeitam todos os preceitos religiosos igualmente — muitas vezes ignorando, por exemplo, os ensinamentos da igreja sobre hospitalidade e caridade no contexto da migração.⁸

Esses líderes retratam a pressão de Estados liberais e organizações internacionais por direitos LGBTQI como parte de um projeto liberal “totalitário” destinado a restringir ou extinguir a liberdade religiosa. Tomemos, por exemplo, as palavras do político conservador espanhol Jaime Mayor Oreja em um discurso ao Congresso Mundial das Famílias em Budapeste em 2017: “Os novos tempos, a nova ordem mundial, têm uma obsessão doentia e patológica de destruir os valores cristãos em termos de civilização e substituí-los por nada”.⁹ Ativistas moral-conservadores entendem a liberdade religiosa como o direito de afirmar suas convicções por meio da rejeição da expressão LGBTQI na esfera pública — excluindo as pessoas LGBTQI do espaço público, justificando a discriminação e permitindo o discurso de ódio. Paradoxalmente, muitos dos países e autoridades que usam justificativas religiosas para atacar os direitos LGBTQI não respeitam a liberdade de religião e de crença dentro de suas próprias fronteiras. A Rússia, por exemplo, persegue e restringe as práticas religiosas de algumas minorias cristãs não ortodoxas. Na verdade, é a religião como um marcador de identidade — e não a liberdade religiosa — que define a essência da narrativa dos valores tradicionais.

Nação. A crença na superioridade da nação, em sua força, durabilidade e história privilegiada, leva atores não democráticos a rejeitar a mensagem de pluralismo, diversidade e solidariedade transnacional inerente ao movimento pelos direitos LGBTQI. Es-

ses líderes argumentam que permitir identidades de gênero e sexuais fora das normas tradicionais representa uma ameaça ao tecido da nação.¹⁰ Aproveitam essa justaposição de fluidez e fixidez de diferentes maneiras. Alguns líderes, por exemplo, destacam a insistência ocidental nos direitos LGBTQI como condição para conceder ajuda internacional ou interpaíses ou afirmam que a tolerância às pessoas LGBTQI constitui uma forma de neocolonialismo ocidental, e que a tolerância imposta por estrangeiros atropela a soberania doméstica e leva à decadência moral e ao declínio demográfico.¹¹ Além disso, eles culpam as baixas taxas de natalidade nas democracias ocidentais industrializadas e seculares pelo declínio da família e dos valores tradicionais. Essa ansiedade demográfica se alinha às suas afirmações sobre crianças, mulheres e família.

O nacionalismo também desempenha um papel em batalhas legais contra os direitos LGBTQI. Ao trabalhar nos espaços de governança internacional, como a União Europeia ou a Organização dos Estados Americanos e o marco internacional dos direitos humanos, os ativistas dos direitos LGBTQI conseguiram conquistar objetivos políticos que teriam sido mais difíceis de alcançar apenas no contexto doméstico. Essas conquistas, por sua vez, podem ser usadas para influenciar mudanças em leis nacionais, e muitos líderes iliberais ressentem-se abertamente disso. Eles consideram o movimento pelos direitos LGBTQI, que associam à UE à Organização das Nações Unidas (ONU) ou, de maneira mais genérica, ao “Ocidente”, como um agente de violação da soberania nacional.¹²

Crianças. Atores iliberais frequentemente afirmam que os direitos LGBTQI são uma ameaça às crianças. Eles argumentam que a educação sexual nas escolas expõe as crianças à sexualização precoce e a relacionamentos não tradicionais. Muitas vezes, a afirmação é acompanhada pela insinuação infundada de que a sociedade deve proteger as crianças de pessoas homossexuais potencialmente predatórias. Os opositores

dos direitos LGBTQI, portanto, afirmam estar protegendo as crianças quando aprovam uma legislação antigay e negam proteções às pessoas LGBTQI. O governo russo disse exatamente isso quando aprovou uma lei em 2013 contra a chamada propaganda gay, assim como Viktor Orbán quando o parlamento húngaro fez o mesmo em 2021. Em meados dos anos 2000, alguns parlamentares poloneses lançaram, sem sucesso, a ideia de proibir pessoas LGBTQI de lecionar em escolas primárias. O programa defendido por muitos grupos políticos conservadores em democracias ocidentais para limitar a discussão sobre identidade de gênero na educação usa uma lógica semelhante. Nessa forma de discurso populista de direita, defender os valores liberais-democráticos poderia ser um “terreno escorregadio” nocivo às crianças.

Mulheres. Os direitos das mulheres são parte integrante de uma democracia funcional, e as conquistas de direitos das mulheres — tratamento igual perante a lei, acesso à saúde, não discriminação no local de trabalho, entre outras — fazem parte da luta pelos direitos LGBTQI. Portanto, pode parecer paradoxal que atores iliberais usem os direitos das mulheres para argumentar contra os de pessoas LGBTQI. No entanto, a narrativa de valores tradicionais coloca as mulheres e as pessoas LGBTQI umas contra as outras. Em um excelente exemplo do que Clifford Bob chama de linguagem dos direitos concorrentes, os conservadores morais, em aliança com feministas antitrans, argumentam que a igualdade para pessoas transgênero equivale ao apagamento de mulheres cisgênero. Além disso, eles afirmam que as mulheres cisgênero precisam ser protegidas da expansão dos direitos transgênero e (em alguns espaços) das próprias mulheres transgênero.¹³

Família. A alegação de que as famílias tradicionais precisam de defesa contra a expansão dos direitos LGBTQI e a ameaça que eles representam para a nação, as crianças e as mulheres constitui a base para a formação de alianças moral-conservadoras transnacionais. Esta ideia une regimes iliberais e formuladores de políticas de direita nas demo-

cracias ocidentais. Especialmente na ONU, o efeito da formação de coalizões em torno da “família” é impressionante, criando frequentes impasses e confrontos argumentativos entre as democracias liberais e outros Estados. Dentro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, por exemplo, uma coalizão de países que inclui Belarus, Rússia e Egito criou o Grupo dos Amigos da Família em apoio à família tradicional contra definições mais abertas e inclusivas de família frequentemente defendidas pelas democracias ocidentais.¹⁴

Líderes iliberais frequentemente trazem à tona o espectro de uma ameaça LGBTQI para obter ganhos políticos, ainda mais quando as eleições estão acirradas. O presidente turco Recep Tayyip Erdogan fez isso frequentemente durante sua campanha de 2023. Em um comício de maio em Rize, Erdogan disse: “Sr. Kemal, sabemos que você é um apoiador da causa LGBT”, referindo-se ao seu oponente, Kemal Kılıçdaroğlu. “Nunca permitiremos que [as pessoas LGBT] prejudiquem sua família”. Depois, ele disse a um repórter que “essa coisa chamada LGBT é um veneno quando introduzida na instituição familiar”. Outros políticos estendem o vínculo à nação: o governador de Istambul, Davut Gül, proibiu a parada do orgulho de 2023 em sua cidade, alegando que “nenhuma atividade que ameace nossa instituição familiar, que é a garantia de nossa nação e Estado, é permitida”.¹⁵

O establishment político também abordou a questão no Líbano e na Jordânia, antes vistos como exemplos para as subculturas queer no Oriente Médio. Hassan Nasrallah, o líder da milícia Hezbollah no Líbano, afirmou em um discurso televisionado que os Estados Unidos estavam liderando uma ofensiva para mudar os currículos escolares em todos os países para “promover uma cultura de homossexualidade nas escolas e universidades”. Ele posteriormente condenou “livros infantis que promovem essa cultura desviante”, pediu a intervenção do governo na educação e disse que a “sodomia” merecia a pena de morte. O vice-presidente da Associação de Acadêmicos da Jordânia fez

um apelo para proteger a santidade da família em meio ao surgimento de campanhas no país defendendo os direitos LGBTQI. Em paralelo, o Senado jordaniano aprovou uma lei de segurança cibernética que alude sutilmente à preservação do decoro público, visando assim atividades categorizadas como “imorais”.¹⁶ Em Israel, o Rabino Thau, líder do partido Noam, pediu a seus seguidores e eleitores que “travassem uma guerra” contra a “doença fatal que ameaça destruir” o país — referindo-se à comunidade LGBTQI.¹⁷

Essa retórica também varreu a África nos últimos anos. Por exemplo, sobre a Lei Anti-Homossexualidade de 2023, o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, declarou: “A África deve mostrar o caminho para salvar o mundo dessa degeneração e decadência que é realmente muito perigosa para a humanidade”. Em seguida, usando um enquadramento comum na África, Museveni vinculou os direitos LGBTQI ao neocolonialismo: “Os homossexuais são um desvio da norma. Os países ocidentais deveriam parar de fazer a humanidade perder tempo ao tentar impor suas práticas a outros povos”.¹⁸ Da mesma forma, o Kremlin tem se apoiado frequentemente na retórica anti-LGBT para construir sua justificativa moral para sua invasão da Ucrânia, alegando que está defendendo os cristãos ortodoxos na Ucrânia da “decadência moral” ocidental e das “paradas do orgulho”. Em casa, aprovou uma série de leis anti-LGBT em 2022 e 2023 para reafirmar sua posição.

Líderes iliberais em diversos países estão dizendo a seu povo que suas religiões, nações, crianças, mulheres e famílias estão sob ameaça de mudanças nas normas de gênero e precisam de proteção contra elas. No entanto, a luta dos ativistas dos direitos LGBTQI para obter o direito de formar uma família legalmente reconhecida ou de conceber, adotar e criar filhos são esforços diretos para fortalecer a vida familiar (embora nem todos os ativistas *queer* tenham abraçado esse caminho).¹⁹ Da mesma forma, a escolha de alguns casais do mesmo

sexo de se casar com um ritual religioso endossa, em vez de minar, o valor persistente atribuído à religião.

Os atores tradicionalistas globais que se opõem aos direitos LGBTQI ignoram essa lógica. Suas críticas são direcionadas contra o próprio movimento pelos direitos LGBTQI, que é retratado como um “lobby”. Ao mesmo tempo, a agenda tradicionalista é direcionada contra o Estado ideologicamente neutro, secular e liberal-democrático, que é o que torna possível a legislação que afirma os direitos LGBTQI. Em países do Sul Global, bem como no Leste Europeu e na Rússia, políticos e ativistas de direita frequentemente argumentam que a igualdade em questões de orientação sexual e identidade de gênero é uma ideologia ocidental projetada para destruir as estruturas sociais tradicionais. Em outras palavras, a rejeição dos direitos LGBTQI é uma forma de rejeitar o projeto liberal-democrático.

Organização transnacional

Autocratas e atores de direita nas democracias ocidentais não apenas compartilham ideias, eles estão conectados por meio de uma rede global de ativistas conservadores e ONGs com atuação transnacional que transmitem essas ideias.²⁰ Grupos de direita e moral-conservadores estão cada vez mais se conectando além das fronteiras de maneiras semelhantes às organizações transnacionais de direitos humanos (ou o que os ativistas anti-LGBTQI chamam de “lobby de gênero” internacional). Os conservadores morais se organizam além das fronteiras culturais, nacionais e denominacionais com o objetivo de influenciar organizações internacionais, bem como parlamentos nacionais, governos e outras instituições.

A religião desempenha um papel central nesses esforços. Os conservadores morais frequentemente afirmam que os valores liberais e democráticos ameaçam suas liberdades religiosas. Grupos e igrejas

conservadores evangélicos, protestantes, católicos e ortodoxos desempenham um papel de liderança nas redes anti- LGBTQI transnacionais, muitas vezes em cooperação com ativistas judeus e organizações parceiras em países islâmicos. Esse “ecumenismo das trincheiras” é um filho das “guerras culturais” dos anos 1980 nos Estados Unidos, que se espalharam globalmente e reuniram aliados improváveis.²¹ Nos Estados Unidos, ambos os termos denotam conflitos entre posições progressistas e conservadoras, às vezes dentro da mesma denominação. A direita religiosa dos EUA, que inclui igrejas evangélicas e protestantes, igrejas pentecostais e grupos católicos, bem como mórmons, sempre se viu como transdenominacional e, portanto, se autodenomina “ecumênica”. Os parceiros estão unidos menos pela busca da unidade cristã do que por um inimigo comum construído: a sociedade moderna e secular e seus valores pluralistas. Os direitos LGBTQI servem como um substituto simbólico.

Alianças de valores moral-conservadores modeladas na direita cristã dos EUA se espalharam dos Estados Unidos para a Europa, Rússia e Sul Global.²² A interação da rede acontece tanto pessoalmente como online. Por exemplo, a *International Organization for the Family* [organização internacional para a família] (IOF), com sede nos EUA, promove contatos pessoais entre grupos e ativistas moral-conservadores. Ela tem sediado o Congresso Mundial das Famílias há mais de vinte anos — incluindo em Praga em 1997, Cidade do México em 2004, Sydney em 2013 e Budapeste em 2017. A organização reúne ativistas e políticos conservadores de todo o mundo. O presidente húngaro, Viktor Orbán, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, e o líder da Liga Norte, Matteo Salvini, o ex-presidente moldavo Igor Dodon, Nicolas Bay, do Reunião Nacional da França, e Maximilian Krah, da Alternativa para a Alemanha, participaram. A IOF também promove organizações parceiras locais na Europa, Rússia, África e América Latina.

Participamos de vários desses encontros como parte de nossa pesquisa. Em nossas entrevistas e observações participantes, constatamos que a articulação pessoal de ativistas por meio de convenções internacionais tem uma função importante na disseminação da agenda moral-conservadora. Os participantes são instados a ampliar a base de apoio às suas demandas em seus próprios países, a se aproximar de pessoas religiosas de todas as denominações e a buscar o apoio de figuras políticas, religiosas e da mídia proeminentes. Ao incentivar parceiros locais a recrutar novos membros e treinar ativistas e líderes, a IOF está ajudando a expandir uma rede conservadora transnacional e acelerando a criação de novas organizações. ONGs na Hungria, Itália, Polônia e Espanha fazem parte dessa rede, assim como ativistas no Quênia, México e Nigéria. Na Rússia, a IOF inspirou a criação de pelo menos quatro organizações locais que defendem os valores tradicionais da família e se opõem ao aborto.²³

Líderes iliberais podem fazer das pessoas LGBTQI bodes expiatórios para todos os problemas de suas sociedades, ao mesmo tempo em que colocam a democracia liberal em descrédito por tolerar tais forças supostamente corruptoras.

Além dos contatos pessoais, as redes digitais desempenham um papel importante na mobilização transnacional em torno de questões anti-democráticas e moralmente conservadoras. A plataforma internacional de ativistas e petições conservadoras CitizenGO, fundada em 2013 por um

ativista espanhol antiaborto, mostra como isso funciona. O CitizenGO existe em inglês, espanhol e francês, bem como em croata, holandês, alemão, húngaro, italiano, português, polonês e eslovaco. (O site em russo foi desativado na primavera de 2022, presumivelmente para esconder a conexão do CitizenGO com parceiros russos após a invasão da Ucrânia). Na plataforma podem ser encontrados dois tipos de artigos

e petições: aqueles que são traduzidos e publicados em todos os sites simultaneamente, e aqueles que se concentram em um contexto nacional específico em apenas um idioma. As campanhas abordam questões que vão desde o aborto até o casamento entre pessoas do mesmo sexo, passando pelos direitos transgêneros, direitos reprodutivos e liberdade religiosa. Por exemplo, um número particularmente grande de pessoas assinou uma petição se opondo à “doutrinação LGBT pela LEGO” depois que a fabricante de brinquedos lançou um conjunto de blocos de construção com as cores do arco-íris. No CitizenGO, preocupações moralmente conservadoras são compartilhadas e disseminadas através de fronteiras geográficas e linguísticas.²⁴

Essas redes transnacionais conservadoras são ironicamente compostas por grupos e ativistas que afirmam defender o particularismo, o tradicionalismo e a independência nacional e frequentemente criticam movimentos de direitos liberais-democráticos e movimentos progressistas por um internacionalismo pernicioso. No entanto, os grupos moral-conservadores de hoje estão globalmente conectados de uma maneira que espelha como as ONGs liberais de direitos humanos se conectam e cooperam. Além disso, os programas dos conservadores morais tomam emprestado os temas clássicos do conservadorismo religioso protestante ao estilo dos EUA.

Isso é particularmente visível no caso da Igreja Ortodoxa Russa. Como mostram Kristina Stoeckl e Dmitry Uzlaner em *The Moralist International: Russia in the Global Culture Wars* [A internacional moralista: a Rússia nas guerras culturais globais], atores ortodoxos russos usam os temas das guerras culturais globais para se apresentarem como um baluarte contra o Ocidente. Os conservadores russos, por exemplo, costumam contar as chamadas histórias de depravação²⁵. São relatos dos efeitos supostamente desastrosos da liberalização social no Ocidente — de como a educação sexual, por exemplo, corrompe as crianças e as coloca em um caminho de comportamento se-

xual desenfreado; de casais gays adotando meninos e supostamente criando-os como meninas; ou de governos em países europeus que supostamente querem substituir os termos “mãe” e “pai” por “pai 1” e “pai 2” (o que o presidente Vladimir Putin repetiu em seu discurso sobre a anexação russa de territórios ucranianos ocupados). O público ocidental só recentemente tomou conhecimento de como a Rússia, por meio dos sermões de guerra do Patriarca Cirilo e dos discursos de Putin, vem explorando a representação da sociedade “depravada” do Ocidente para justificar a guerra na Ucrânia. Mas essas histórias têm dominado a propaganda antiocidental russa há anos. Em outros países, como Polônia, Hungria e Uganda, tais contos circulam há muito tempo em círculos conservadores.

A globalização do movimento contra os direitos LGBTQI tem consequências — de países como a Bulgária se recusando a ratificar a Convenção de Istambul contra a Violência Doméstica do Conselho da Europa (porque ativistas ortodoxos e eurocéticos no país se opuseram ao termo “gênero” usado no documento) até a criminalização de pessoas LGBTQI na África resultante do lobby bem-sucedido de grupos cristãos de direita do exterior. A já mencionada Lei Anti-Homossexualidade de Uganda é um exemplo. Sua aprovação foi precedida por uma década de lobby de grupos fundamentalistas evangélicos e pentecostais dos Estados Unidos.²⁶

Esses casos de organização transnacional antifeminista e anti-LGBTQI demonstram que a rede transnacional da sociedade civil e dos movimentos de protesto não é uma característica única de movimentos progressistas, democráticos e liberais. Grupos de direita e moral-conservadores também trabalham juntos além das fronteiras denominacionais, religiosas, linguísticas, nacionais e culturais. Ao fazer isso, eles criam uma agenda transnacional de valores conservadores que as forças políticas em muitos países usam para promover políticas antiliberais e antidemocráticas.

Por que visar os direitos LGBTQI?

Opor-se aos direitos LGBTQI oferece uma série de benefícios políticos para regimes autocráticos, notadamente em termos de legitimidade, status, identidade e construção de alianças. Jogando com a homofobia e a transfobia existentes entre seu povo, líderes iliberais podem fazer das pessoas LGBTQI bodes expiatórios para todos os problemas de suas sociedades, ao mesmo tempo em que colocam a democracia liberal em descrédito por tolerar tais forças supostamente corruptoras. Para regimes autoritários competitivos, manter uma imagem de legitimidade e representatividade democrática, apesar de eleições injustas, é importante. Mesmo as autocracias não dependem apenas da repressão para garantir o consenso interno e alguma forma de legitimidade.

Em muitos países, o preconceito contra as pessoas LGBTQI é especialmente difundido, e os governos autoritários tiram proveito de explorar e reforçar esse viés como uma forma de impulsionar a legitimidade do regime. A homofobia política²⁷ ajuda os governos não democráticos a dividir a sociedade entre uma base de pessoas leais ao regime, com valores mais tradicionais, e segmentos de oposição. Os direitos LGBTQI, portanto, se tornam uma questão divisiva. Muitas vezes, não é apenas a comunidade LGBTQI que está sendo usada como bode expiatório, mas também políticos de oposição, jornalistas e intelectuais, que são então rotulados como “gays” ou “pró-gays” para estigmatizá-los aos olhos do público. A Duma russa notoriamente chamou a União Europeia de *Gayropa* no período que antecedeu a invasão da Ucrânia em 2014.²⁸

Governos não democráticos às vezes também se mobilizam contra os direitos LGBTQI para elevar seu status. A teoria das relações internacionais argumenta que Estados pequenos e médios e potências em declínio na política mundial são propensos a buscar status “agindo como atores conspicuamente bons ou morais”.²⁹ O argumento do status foi originalmente teorizado para Estados como os Países Bai-

xos,³⁰ que buscam ser pioneiros em valores progressistas, como proteção ambiental, justiça racial ou direitos das mulheres e LGBTQI. Mas nem todos os Estados compartilham o mesmo entendimento do que é moral ou bom em termos de gênero. A oposição aos direitos LGBTQI, portanto, também pode se tornar a base para o status geopolítico. A agenda de valores tradicionais permitiu que alguns Estados ganhassem um novo propósito e desempenhassem um papel relevante no cenário político global.

Após o colapso da União Soviética, a Rússia sofreu uma tremenda perda de status. Mas, na década de 2010, encontrou e aproveitou uma oportunidade para se tornar novamente um líder ideológico — dessa vez, de uma aliança global que apoia os chamados valores tradicionais. Para a Hungria, a agenda de valores tradicionais também tem sido uma ferramenta para construir uma identidade aparentemente “forte” na UE, o que pode ajudar o país a se livrar de seu status de Estado-membro de médio porte. Essas estratégias podem ter um custo considerável em termos de reputação com aliados e parceiros liberais-democráticos. Mas promover valores tradicionais e se opor aos direitos LGBTQI — em essência, demonstrar poder e autoridade — provavelmente conquistará alguns públicos internos e pode ajudar esses regimes a construir uma identidade forte à parte do *mainstream* político liberal-democrático.

Para os Estados não democráticos, a agenda anti- LGBTQI carrega consigo não apenas um potencial status geopolítico, mas outras vantagens das políticas identitárias. Esses Estados normalmente constroem sua identidade em continuidade com um passado puro e imaginado, enraizado na tradição nacional ou religiosa. A resistência aos direitos LGBTQI tornou-se um atalho para sinalizar uma identidade de Estado cristão, por exemplo. No entanto, o retorno à religião como uma forma de identidade nacional, observável em muitos países europeus, não trata apenas da política de moralidade. Trata, como na Polônia ou

na Hungria, também da oposição nativista à imigração, especialmente vinda de países muçulmanos. Em Estados onde as eleições ainda importam, mesmo que em pequena medida, a projeção da identidade nacional como cristã pode trazer vantagens, tanto em termos de sucesso eleitoral interno como de construção de alianças internacionais.³¹

Paradoxalmente, os líderes de alguns Estados democráticos a favor dos direitos LGBTQI usaram esse mesmo apoio para “outros” grupos externos. O conceito de “homonacionalismo” explica por que a extrema direita em alguns Estados da Europa Ocidental abraçou elementos dos direitos dos homossexuais — embora apenas para seus próprios cidadãos, geralmente brancos — a fim de excluir imigrantes ou outros (geralmente muçulmanos, em ambos os casos) que esses governos pintam como potencialmente “homofóbicos demais” para a segurança de seus gays e lésbicas.³²

Alguns líderes autocráticos também podem ver a oposição aos direitos LGBTQI como benéfica para a formação de alianças na política mundial. A resistência aos direitos LGBTQI pode ajudar a construir ou quebrar esses laços. Alguns conservadores cristãos no Ocidente se identificam com a Rússia de Putin por causa de sua oposição aos direitos LGBTQI, e isso pode ter funcionado a favor da Rússia quando se tratou de aliviar o regime de sanções imposto após a anexação da Crimeia em 2014. Depois que a Comissão Europeia ameaçou levar a Hungria ao tribunal por sua legislação anti-LGBT de 2021, vários políticos conservadores dos EUA viajaram para a Hungria para mostrar apoio à lei.³³ Em suma, atores iliberais e antidemocráticos podem obter benefícios ao atacar pessoas LGBTQI e bloquear suas tentativas de garantir direitos iguais. Tais benefícios podem incluir ganhos políticos internos e sucesso eleitoral, bem como o fortalecimento de status, a identidade e as alianças em casa e no exterior.

Por fim, atacar ou negar os direitos LGBTQI também pode funcionar para mobilizar os eleitores. Pesquisas mostram que indivíduos que

mantêm valores tradicionais participam politicamente em proporções mais altas quando seus líderes usam retórica homofóbica e transfóbica e instrumentos legais.³⁴ Quando os governos afirmam as posições pessoais dos cidadãos, isso faz com que eles se sintam mais empoderados. Da mesma forma, indivíduos com visões tolerantes se mobilizam em maior medida quando seus governos defendem os direitos LGBTQI. Os benefícios estratégicos que seus governos podem obter ao assumir uma posição em qualquer direção são parte da razão pela qual os direitos LGBTQI ocupam um lugar de destaque na agenda política internacional.

Como responder à agenda anti-LGBTQI

Como políticos e ativistas comprometidos com o pluralismo devem fazer avançar os direitos LGBTQI neste ambiente global desafiador? Aumentar a visibilidade e a promoção dos direitos piora as coisas em certos países, talvez até tornando as pessoas LGBTQI mais um alvo? Ainda há um debate acalorado sobre a melhor forma de os defensores de direitos buscarem a emancipação LGBTQI. O que ficou claro nas últimas décadas é que os extremos — de um lado, a promoção de normas LGBTQI do exterior e, do outro, uma abordagem completamente passiva — são insatisfatórios e potencialmente perigosos. Na verdade, como a questão dos direitos LGBTQI está circulando globalmente tanto na política como na mídia, os autocratas não precisam de um movimento interno para reprimir. Mas, se decidirem fazê-lo de qualquer maneira, terão acesso, por meio de sua rede transnacional de grupos de advocacy, aos recursos necessários para vender a sensação de uma ameaça interna.

De fato, a natureza transnacional e em rede da resistência aos direitos LGBTQI explica as ondas de repressão homofóbica e transfóbica que se espalharam nos últimos meses por dezenas de Estados na África e no Oriente Médio.³⁵ Os governos que estão realizando essas ações

não estão reagindo a uma questão de preocupação interna visível; eles estão estrategicamente e, muitas vezes, preventivamente atacando as comunidades *queer*³⁶. Essa realidade torna difícil defender uma abordagem de não fazer nada — como ativistas LGBTQI e representantes diplomáticos de Estados com uma política externa LGBTQI nos explicaram em entrevistas. Certamente também não coloca o ônus da reação contra a defesa LGBTQI, nem fundamenta seu silêncio. Infelizmente, as pessoas LGBTQI estão sendo alvo em todo o mundo, com ou sem defesa dos direitos humanos.

Dito isso, essa defesa deve ser feita com cuidado, e ativistas e governos solidários à causa desenvolveram abordagens para navegar essa realidade global desafiadora. Certas táticas, por exemplo, nomear e envergonhar autocracias por suas posturas ou ações anti-LGBTQI, podem ser equivocadas em alguns casos. Elas já deram errado várias vezes, inclusive quando o presidente dos EUA, Barack Obama, falou sobre os direitos LGBTQI no Quênia durante uma visita em 2015. De fato, estratégias de alta visibilidade devem ser evitadas nos muitos Estados onde a organização discreta, longe dos holofotes, pela sociedade civil e representantes diplomáticos é mais eficaz e prioriza a segurança das comunidades LGBTQI que vivem nesses países. Existem maneiras de oferecer apoio menos visível — por exemplo, fornecendo assistência diretamente à sociedade civil local, enquanto continua a incluir na sociedade global os Estados que violam a norma, evitando estigmatizá-los.³⁷

Parte integrante de qualquer tentativa bem-sucedida de ajudar as populações LGBTQI no exterior são os atores locais e a sociedade civil. Eles trabalham como intermediários, aconselhando sobre como canalizar o apoio para suas comunidades locais, bem como sobre como enquadrar normas de direitos humanos controversas e inseri-las em contextos locais.³⁸ Os atores locais que fazem essa intermediação às vezes sugerem um curso de ação que pareceria paradoxal em outro

contexto. Por exemplo, eles podem decidir alternar entre estratégias de alta, baixa ou nenhuma visibilidade — particularmente tentando ficar fora do radar ao trabalhar com promotores de direitos externos em contextos domésticos com pouca exposição prévia ao discurso sobre direitos LGBTQI.³⁹

Em muitos casos, a diplomacia discreta e suave deve tomar o lugar da condicionalidade da ajuda ou de táticas altamente visíveis, como apoiar indiscriminadamente paradas do orgulho ou hastear bandeiras do arco-íris. Contar com atores locais também ajuda a desarmar o argumento “neocolonial”. Os defensores locais podem usar símbolos religiosos ou nacionais para dissipar a acusação de estrangeirismo e contribuir para a incorporação da causa LGBTQI à cultura local e para o enraizamento da comunidade LGBTQI nacionalmente. A defesa visível dos direitos humanos LGBTQI é extremamente importante, mas depende de quem está exercendo essa visibilidade. A sociedade civil local saberá como, e isso significa que não há abordagens que sirvam para todos.

Escolher a estratégia certa é crucial porque os riscos são muito altos. Enquanto perseguir pessoas LGBTQI e negar-lhes direitos servir aos interesses políticos de líderes não democráticos e iliberais, eles continuarão a fazê-lo. Afinal, é muito mais fácil do que tentar resolver os maiores desafios da sociedade, como a pobreza ou a crise climática. Mas a instrumentalização da questão dos direitos LGBTQI por não democratas faz mais do que desviar a atenção pública das ineficiências do governo. Também vira a população contra a democracia, aumentando ainda mais os riscos ao Estado Democrático de Direito.

Notas

¹ Usamos a sigla LGBTQI ao nos referirmos a pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer* ou intersexuais.

² O Índice de Democracia 2022 da Economist Intelligence Unit (EIU) classificou a Hungria como uma “democracia falha”, Uganda como um “regime híbrido” e a Rússia como “autoritária”; o relatório V-Dem de 2023 classificou Hungria, Rússia e Uganda como “autocracias eleitorais”; e o *Freedom in the World 2023* da Freedom House classificou a Hungria como “parcialmente livre” e Rússia e Uganda como “não livres”.

³ Zein Murib, “Backlash, Intersectionality, and Trumpism”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 45 (Inverno 2020): 295–302.

⁴ Phillip M. Ayoub e David Paternotte, eds., *LGBT Activism and the Making of Europe: A Rainbow Europe?* (Basingstoke, Reino Unido: Palgrave, 2014); Phillip M. Ayoub, *When States Come Out: Europe’s Sexual Minorities and the Politics of Visibility* (Cambridge: Cambridge University Press, 2016); Kelly Kollman, *The Same-Sex Unions Revolution in Western Democracies: International Norms and Domestic Policy Change* (Manchester: Manchester University Press, 2013).

⁵ Não se pode dizer o mesmo dos direitos das pessoas trans e intersexuais nesse momento.

⁶ Muitos têm apontado para o uso superficial dos direitos LGBTQI como um “critério” democrático como problemático, argumentando que devemos olhar para a mudança social transformadora para alcançar a transformação *queer*, que está faltando em todos os Estados, incluindo democracias. Markus Thiel, *The European Union’s International Promotion of LGBTI Rights: Promises and Pitfalls* (Londres: Routledge, 2021).

⁷ Phillip M. Ayoub e Douglas Page, “When Do Opponents of Gay Rights Mobilize? Explaining Political Participation in Times of Backlash Against Liberalism”, *Political Research Quarterly* 73 (setembro 2020): 696–713.

⁸ Roman Kuhar e David Paternotte, eds., *Anti-Gender Campaigns in Europe. Mobilizing Against Equality* (Lanham, MD, EUA: Rowman and Littlefield, 2017); Sonja A. Strube et al., eds., *Anti-Genderismus in Europa. Allianzen von Rechtspopulismus und religiösem Fundamentalismus. Mobilisierung—Vernetzung—Transformation* (Bielefeld: Transcript, 2020).

⁹ Jaime Mayor Oreja, “The Necessary Strengthening of Truth”, *Hungarian Review* 8 (maio 2023): 8.

¹⁰ Ayoub, *When States Come Out*; Philip S. Gorski e Samuel L. Perry, *The Flag and the Cross: White Christian Nationalism and the Threat to American Democracy* (Oxford: Oxford University Press, 2022).

¹¹ Meredith L. Weiss e Michael J. Bosia, eds., *Global Homophobia: States, Mo-*

vements, and the Politics of Oppression (Urbana: University of Illinois Press, 2013); Rahul Rao, *Out of Time: The Queer Politics of Postcoloniality* (Oxford: Oxford University Press, 2020).

¹² Ayoub, *When States Come Out*; Conor O'Dwyer, *Coming Out of Communism: The Emergence of LGBT Activism in Eastern Europe* (Nova York: New York University Press, 2018); Agnieszka Graff e Elżbieta Korolczuk, *Anti-Gender Politics in the Populist Moment* (Londres: Routledge, 2022).

¹³ Clifford Bob, *Rights as Weapons: Instruments of Conflict, Tools of Power* (Princeton: Princeton University Press, 2019), 175–81. Serena Bassi e Greta LaFleur, eds., “Trans-Exclusionary Feminisms and the Global New Right”, edição especial, *TSQ: Transgender Studies Quarterly* 9 (agosto 2022).

¹⁴ Kristina Stoeckl e Kseniya Medvedeva, “Double Bind at the UN: Western Actors, Russia, and the Traditionalist Agenda”, *Global Constitutionalism* 7 (novembro 2018): 383–421.

¹⁵ As citações neste parágrafo são de Mohamad El Chamaa, “Anti-LGBTQ Backlash Grows Across Middle East, Echoing U.S. Culture Wars”, *Washington Post*, 3 agosto 2023.

¹⁶ Esta citação e as citações anteriores neste parágrafo são de El Chamaa, “Anti-LGBTQ Backlash Grows Across Middle East, Echoing U.S. Culture Wars”.

¹⁷ Chaim Levinson, “‘Wage War’ on LGBTQ Community: Meet Israel’s Most Homophobic, and Powerful, Rabbi”, *Haaretz*, 7 agosto 2023.

¹⁸ Alice McCool, “Ugandan President Calls on Africa to ‘Save the World from Homosexuality’”, *Guardian*, 3 abril 2023.

¹⁹ Julian Jackson, “The Homophile Movement”, in David Paternotte e Manon Tremblay, eds., *The Ashgate Research Companion to Lesbian and Gay Activism* (Farnham, Reino Unido: Ashgate, 2015), 31–45.

²⁰ Kristopher Velasco, “Transnational Backlash and the Deinstitutionalization of Liberal Norms: LGBT+ Rights in a Contested World”, *American Journal of Sociology* 128, n. 5 (2023): 1381–1429.

²¹ James Davison Hunter, *Culture Wars: The Struggle to Define America* (Nova York: Basic, 1991).

²² Clifford Bob, *The Global Right Wing and the Clash of World Politics* (Cambridge: Cambridge University Press, 2012); Kapya Kaoma, *Globalizing the Culture Wars: U.S. Conservatives, African Churches, and Homophobia* (Somerville, MA, EUA: Political Research Associates, 2009).

²³ Kristina Stoeckl, “The Rise of the Russian Christian Right: The Case of the World Congress of Families”, *Religion, State and Society* 48 (agosto 2020): 223–38.

²⁴ Lara Whyte, “‘They Are Coming for Your Children’—The Rise of CitizenGO”, *OpenDemocracy*, 9 agosto 2017.

²⁵ Referência ao livro de Janice M. Irvine *Talk About Sex: The Battles over Sex Education in the United States* (Oakland: California University Press, 2002).

²⁶ Khatondi Soita Wepukhulu, “Christian Fundamentalism Lies Behind Harsh New Anti-LGBTIQ Bill in Uganda”, *OpenDemocracy*, 23 março 2023.

²⁷ Weiss e Bosia, *Global Homophobia*.

²⁸ Maryna Shevtsova, “Fighting ‘Gayropa’: Europeanization and Instrumentalization of LGBTI Rights in Ukrainian Public Debate”, *Problems of Post-Communism* 67 (novembro 2020): 500–10; Ayoub e Paternotte, *LGBT Activism and the Making of Europe*.

²⁹ William C. Wohlforth et al., “Moral Authority and Status in International Relations: Good States and the Social Dimension of Status Seeking”, *Review of International Studies* 44 (dezembro 2017): 526–46, 528.

³⁰ Kelly Kollman, “Pioneering Marriage for Same-Sex Couples in the Netherlands”, *Journal of European Public Policy* 24 (janeiro 2017): 100–18.

³¹ John Anderson, *Conservative Christian Politics in Russia and the United States: Dreaming of Christian Nations* (Londres: Routledge, 2015); Nadia Marzouki, Duncan McDonnell e Olivier Roy, eds., *Saving the People: How Populists Hijack Religion* (Londres: Hurst, 2016).

³² Gabriele Magni e Andrew Reynolds, “Why Europe’s Right Embraces Gay Rights”, *Journal of Democracy* 34 (janeiro 2023): 50–64 (Ed. bras.: “Por que a direita europeia abraça os direitos dos homossexuais”, *Journal of Democracy em português* 12, n. 1 [junho 2023]).

³³ Elisabeth Zerofsky, “How the American Right Fell in Love with Hungary”, *New York Times*, 19 outubro 2021.

³⁴ Ayoub e Page, “When Do Opponents of Gay Rights Mobilize?”.

³⁵ Chamaa, “Anti-LGBTQ Backlash”; McCool, “Ugandan President Calls on Africa”.

³⁶ Weiss e Bosia, *Global Homophobia*.

³⁷ Elise Rainer et al., *Guide to Inclusion of LGBTI People in Development and Foreign Policy* (Nova York: OutRight International, 2021); OCDE, *Over the Rainbow: The Road to LGBTI Inclusion* (Paris: OCDE, 2020).

³⁸ Ayoub, *When States Come Out*; Phillip M. Ayoub, “Protean Power in Movement: Navigating Uncertainty in the LGBT Rights Revolution”, in Peter Katzenstein e Lucia Seybert, eds., *Protean Power: Exploring the Uncertain and Unexpected in World Politics* (Cambridge: Cambridge University Press, 2018), 79–99.

³⁹ Ashley Currier, *Out in Africa: LGBT Organizing in Namibia and South Africa* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012).

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>